

CONSTITUENTES

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO DA CONSTITUINTE - UNIVERSIDADE DE BRÁSILIA ANO I - Nº 2

A hora da participação popular

Artigo na página seis faz análise sobre a discussão, elaboração e votação do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte. Na matéria, as tabelas das comissões e subcomissões temáticas.



M. S. P. E.

Fleischer analisa constituintes

O professor David Fleischer, chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, traça um perfil dos parlamenta-

res constituintes e seus suplentes. Fleischer fala da renovação parlamentar, das atividades econômicas dos constituintes e de como elas refletirão na elaboração da

nova Carta. Apresenta ainda quadros sobre a ocupação principal e a "árvore genealógica" das filiações partidárias dos constituintes de 1987 (Página 4).

Primeiros passos da ANC

De 1º de fevereiro a 20 de março a Assembleia Nacional Constituinte discutiu as questões preliminares de funcionamento e as necessárias tomadas de posições políticas.

Os embates iniciais apresentaram um quadro de desarticulação das forças progressistas que sempre compareceram divididas ao cenário da disputa. Quem moveu a primeira pedra do complicado xadrez político foi a ala esquerda do PMDB, ao criar, na véspera da instalação, uma situação concreta sobre o funcionamento exclusivo da ANC. Outros partidos sentiram-se marginalizados desta primeira jogada; muitos desconfiaram de que tudo não passou de uma esperta artimanha para complicar o candidato dissidente à Presidência da Câmara, Fernando Lyra.

Seguiu-se o levantamento da questão do mandato constituinte dos senadores eleitos em 1982, feita pelo PT isoladamente em plenário e que resultou num placar bastante desolador, especialmente com pessoas votando por interesses regionais ou de espírito de corpo, ao invés de nortear a posição pela convicção. E também forças progressistas acusaram o ato de um gesto não articulado, tendo um partido, o PDT, anunciado posição de diretório em favor de aceitar a participação de tais senadores. Logo em seguida aconteceu a eleição do presidente da Constituinte e mais um gesto desarticulado: a candidatura Lysâneas Maciel contra o favorito e respaldado Ulysses Guimarães.

Foi nesse clima de desacertos que as posições populares e progressistas não conseguiram ter uma ação conjunta sobre a Soberania da Assembleia e este tema terminou sendo tratado de maneira um tanto desastrosa e reduzido a uma discussão de um artigo regimental, cuja redação, por melhor que fosse, não iria concretamente afirmar de forma cabal a soberania do poder constituinte.

Do lado de fora, as forças populares – especialmente grandes entidades nacionais como o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, instituições sindicais e seus institutos de ação, entidades da Sociedade Civil e institutos de apoio – tentavam uma mínima organização para se contraporem aos poderosos *lobbies* em questões como a da terra, dos direitos sociais, da participação política... E obtiveram vitórias significativas na elabora-



ção do regimento interno onde foram incluídos dispositivos como a obrigatoriedade das audiências para ouvir entidades nas subcomissões, a publicidade de todas as votações da Constituinte e o direito de emenda ao Projeto de Constituição para 30 mil eleitores.

No jogo do regimento as forças progressistas dentro da Constituinte inicialmente apresentaram-se divididas e com uma tendência ao pânico. Reorganizaram-se a tempo de enfrentar poderosa força de direita que desejava retirar os dispositivos de avanço, inclusive os citados. Obtiveram a redução dos *quorums* de requerimentos e iniciativas. Mas o debate da questão essencial da Soberania não chegou a um bom resultado e a redação final dada aos "projetos de decisão" é limitativa e quase inócua.

O saldo desta fase é curioso: uma Constituinte que não se declara Soberana, que teme a própria Soberania; um Congresso que tem medo da Constituinte e procura com seus meandros e tradições, vícios ou virtudes, limitá-la; e uma forma de redigir a futura Constituição – de dar-lhe origem e nascente – que parece bastante interessante, um tanto inusitada, e com algumas etapas abertas e participativas.

CONSTITUENTES

Redação:

Fernando Fraga, Márcia Álvaro,
Wellington Fonseca

Diagramação:

Walter Mota

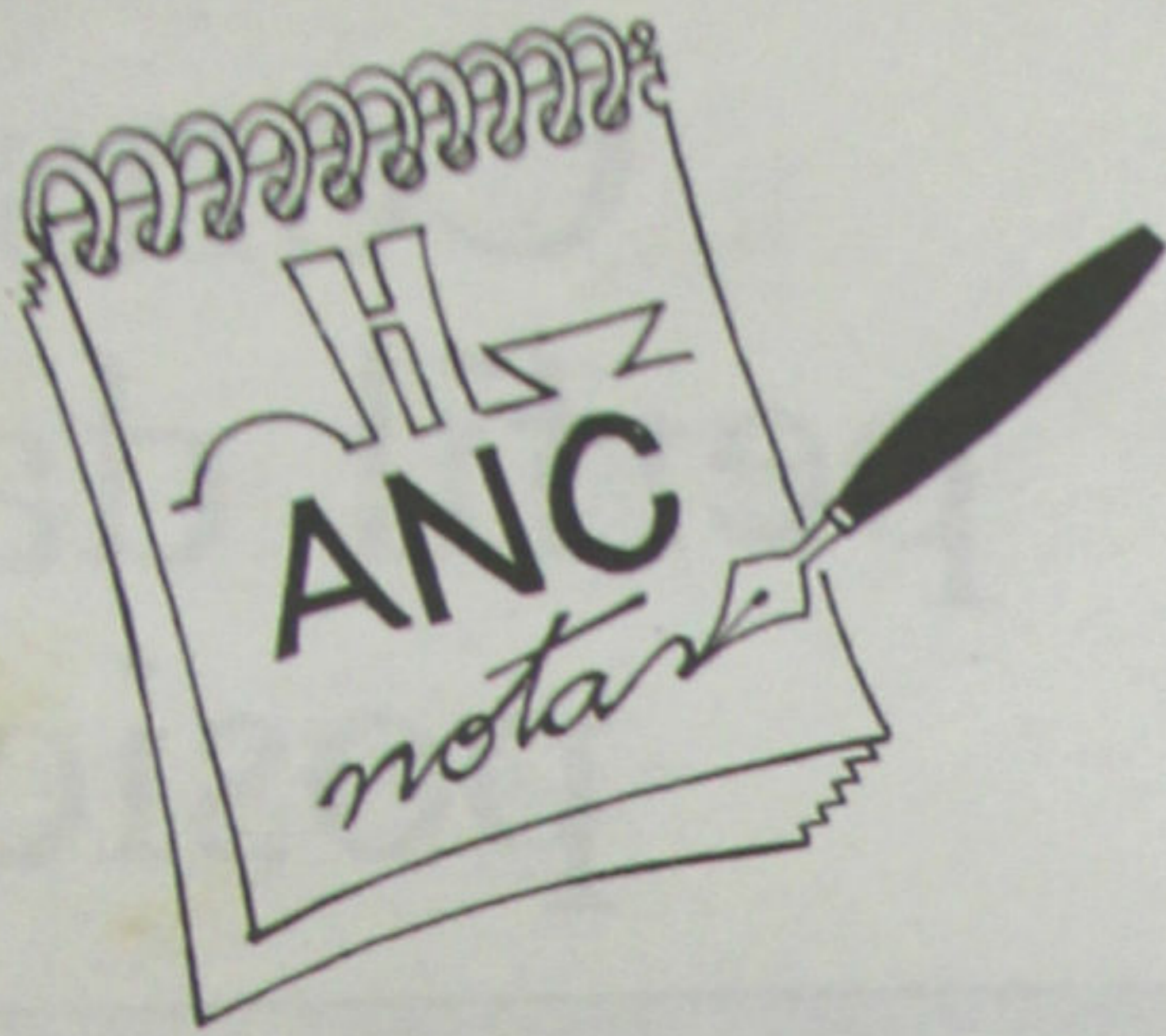
Ilustração:

Marcus Eurício

Jornalista Responsável:

Ingrid Rocha (705-DF)

Endereço: Campus Universitário
Asa Norte – CEP 70910
CEAC – Reitoria – 3º andar
Tel.: 272-0003/274-0022 –
ramal 2481



Agência CNBB

Em Brasília, entidades nacionais mantêm uma articulação para que o acompanhamento da Constituinte seja feito em benefício de interesses populares. A CNBB tem uma agência de notícias com telex diário para mais de cem órgãos de imprensa e boletim semanal. As Centrais Sindicais fazem o acompanhamento principalmente através do DIAP, que além de um jornal periódico aciona um esquema de alerta imediato quando há urgência. Entidades ligadas às questões da terra e do índio fazem o acompanhamento através do INESC. E o Plenário pró-Participação Popular na Constituinte também possui uma estrutura de contato dos estados com Brasília.

Questão fundiária

Preocupação com a parte agrária e fundiária na futura Constituição está mobilizando entidades ligadas ao setor. Convênios com o MIRAD, UnB, CEDEC, IBASE e outros institutos, permitem um acompanhamento mais aprofundado dos trabalhos da subcomissão específica e do tema em todo o processo. O CEDEC publica o boletim de análise - "Questão Agrária e Constituinte".

- O IBASE, com seus projetos de avaliação da conjuntura nacional e propostas sobre temas agrários e sócio-econômicos vai se integrar do CEAC. No Conselho do Centro já participam entidades como DIEESE, DIAP e INESC.

Debate popular

Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte está realizando, pelo País, atos relacionados com a aprovação de pontos de participação popular no Regimento Interno. Nestas manifestações estão sendo lançados as campanhas de assinaturas para emendas.

DIEESE ajuda

* O CEAC conta com a valiosa participação, desde o início do projeto, do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sócio-Econômicos - DIEESE.

Cientistas

* A SBPC apresenta dia 7 de abril, no auditório do anexo IV da Câmara, suas propostas aos constituintes, colocando à sua disposição a comunidade científica nacional, para debater alternativas.

Universidades

Cinco universidades federais e seis escolas superiores isoladas de Minas Gerais reuniram-se em Belo Horizonte e formularam a Carta de Minas Gerais sobre a Constituinte, criando uma Coordenação Estadual de Ação da Universidade na Constituinte.

Universidades que estão em contato com o CEAC para atividades conjuntas no acompanhamento do processo constituinte: Federais do Rio de Janeiro, do Maranhão, de Santa Maria, de Minas Gerais, do Amazonas, de Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina e de Uberlândia, UNICAMP e USP.

- "CONSTITUINTE - Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos comentado por Osny Duarte Pereira", publicação do Senado Federal e UnB, já se encontra nas livrarias. É lançamento coordenado pela Editora Universidade de Brasília e contou com a participação do CEAC.

Os Comitês de Defesa dos Interesses Populares na Constituinte, criados a partir do Curso Constituinte/Constituição, promovido pela Universidade de Brasília, realizaram mobilização durante a discussão do Regimento da ANC e propuseram a criação do "Horário Constitucional" nas emissoras de rádio e televisão, além de uma ampla cam-

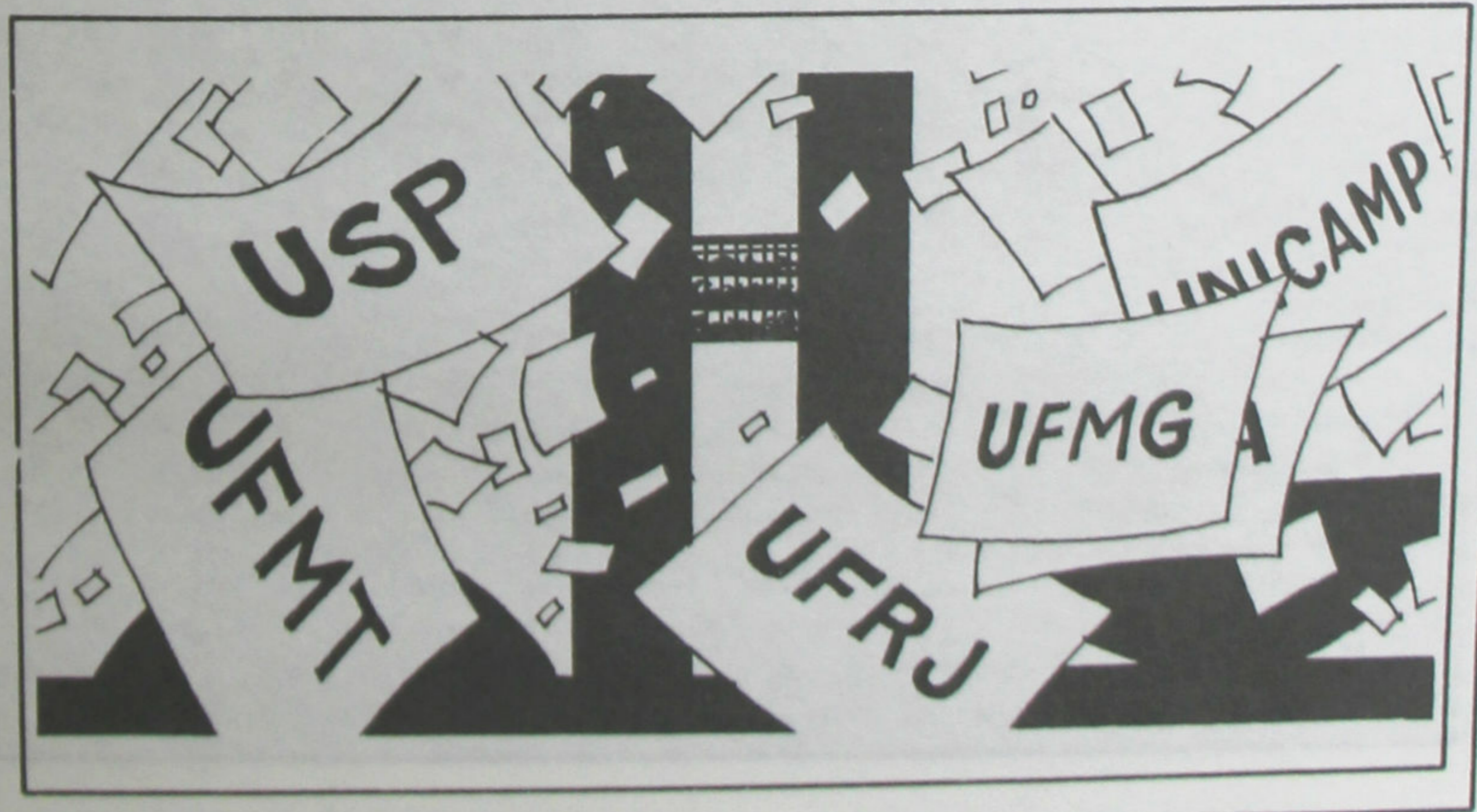
panha de discussão nacional e apreciação pelo povo brasileiro do texto redigido pela Assembléia.

O CEAC realizou na UnB a "Jornada sobre Questão Agrária e Constituinte". Teve o apoio do CEDEC, SBPC e MIRAD. Foram realizados debates entre representantes de entidades e constituintes com posicionamentos diferentes.

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) realizou reuniões nacionais sobre o processo Constituinte e montou plano de acompanhamento pelas universidades. O CEAC e o CRUB trabalham em conjunto para efetivar maior presença da universidade no processo constituinte.

Universidade Federal do Rio de Janeiro e o CEAC realizaram debate no Fundão sobre a Constituinte, seu regimento interno e o processo de elaboração constitucional. Igualmente a ANDES promoveu em seu recente Conselho, momento de reflexão sobre o assunto e aprovou pauta para a sua luta em relação à futura Constituição.

A Fundação Pró-Memória está levando adiante um grande projeto de registro dos trabalhos da Constituinte. Também instalou uma loja no Rio que permite, à população, acesso a informações e imagens da Assembléia.



PROJETO CONSTITUIÇÃO:

A hora do povo participar

O Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, em seu processo de discussão revelou o difícil equilíbrio e o jogo de forças que vai caracterizar toda a elaboração constitucional no País.

A forma de nascer do projeto de Constituição é interessante. Não há um anteprojeto inicial, ou seja, a Assembleia não parte de projetos partidários, de comissões externas ou sequer de um projeto elaborado por sua comissão.

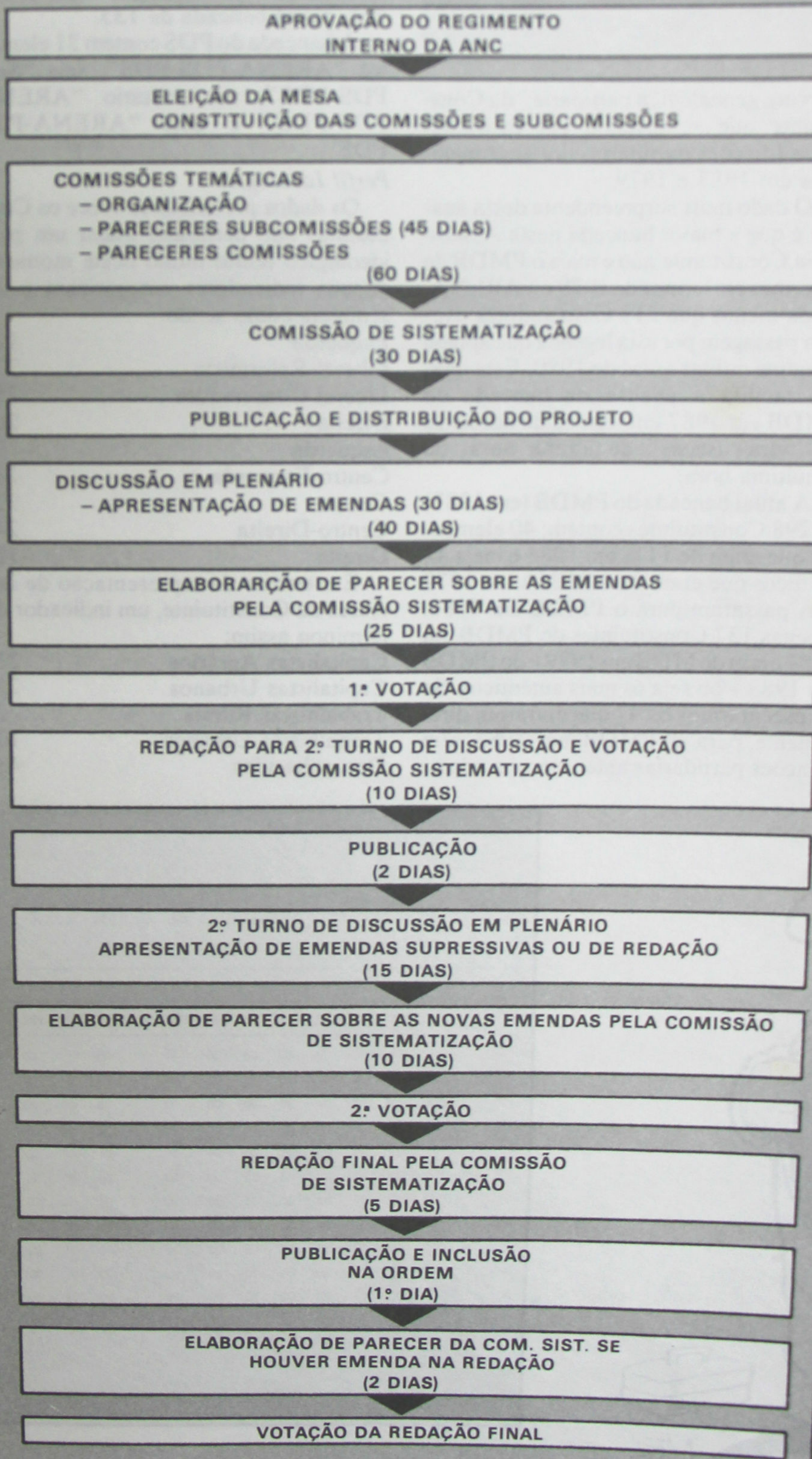
O anteprojeto começa a nascer através do trabalho paralelo de 24 subcomissões temáticas, cada uma integrada por até 21 membros. Estas são as vertentes da futura Constituição. Cada três subcomissões agrupam-se numa Comissão Temática. A segunda etapa é o trabalho inicial confluindo nestas oito Comissões Temáticas que novamente votam e decidem as matérias de cada grupo de três subcomissões. A terceira etapa reúne as contribuições das oito Comissões Temáticas numa Comissão de Sistematização, formada por todos os Presidentes e Relatores das Comissões Temáticas, relatores das Subcomissões e mais 49 membros. Esta Comissão organiza o projeto e o apresenta ao plenário.

A elaboração nas Comissões Temáticas durará 65 dias. É a fase mais importante para a contribuição de idéias, para a apresentação de propostas, as quais podem ser encaminhadas à Assembleia. É a fase do jogo dos interesses divergentes sobre os relatores e membros de cada subcomissão ou comissão, porque é muito importante que uma idéia conste do projeto. A Comissão de Sistematização terá 30 dias para organizar o projeto e embora ela não possa resolver contra o mérito da Comissão Temática, pode condicionar, reduzir, ampliar, modificar.

Após estes noventa e cinco dias, o projeto será amplamente publicado e distribuído. A apresentação em Plenário inicia os trinta dias para apresentação de emendas. É a derradeira oportunidade de um tema "esquecido" inicialmente constar do processo de votação da Constituição.

As Emendas podem ser apresentadas por um constituinte ou por trinta mil eleitores, em condições regulamentadas pelo Regimento. É também o momento de decidir sobre um futuro Plebiscito ou Referendum a que a Constituição seja submetida no todo ou em parte. Este é um assunto por resolver e as propostas a respeito poderão ser apresentadas nos dez primeiros dias do prazo citado.

FLUXOGRAMA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE



O período de trinta dias está dentro de um maior, de 40, que é destinado à discussão em plenário, onde cada Constituinte terá direito a um pronunciamento. Caberá à Comissão de Sistematização acompanhar o processo a partir daí, dando parecer às emendas de plenário em 25

dias, quando poderá apresentar um substitutivo. É um novo momento de atenção e de risco. Se o substitutivo inovar haverá direito de emenda.

A primeira grande votação em plenário acontecerá, segundo este cronograma, lá por setembro. O projeto será votado

por título e capítulo e as emendas a cada um destes, em blocos conforme tiverem parecer contrário ou favorável da Comissão. Todavia, os destaques para separar um artigo, uma expressão ou uma emenda podem acontecer a requerimento de 35 constituintes. Este será o momento politicamente mais tenso e participado, as votações mais apaixonadas, a opinião pública mais despertada.

Votado o projeto, mais uma vez é a Comissão de Sistematização que o organiza para a segunda votação, onde só se admitem emendas de supressão ou de redação. Depois disto, é a redação final.

Sem considerar emendas, cada tema terá passado pelo longo processo de três votações em Comissão e três em plenário para constar da futura Constituição. Nas Comissões: subcomissão, comissão temática e sistematização. Em plenário: 1ª e 2ª votações e redação final.

É interessante anotar algumas observações sobre a participação popular e da comunidade pensante no processo de nascimento e de tramitação da futura Constituição:

– o prazo inicial do trabalho das Comissões Temáticas é o grande momento de sugestões e é especialmente importante para universidades e institutos que desejem dar sua contribuição em idéias;

– dentro do mesmo prazo, nos quarenta e cinco dias reservados às subcomissões, estas deverão realizar de 5 a 8 audiências públicas ouvindo entidades a respeito do seu tema. É de se assinalar que pela primeira vez, as entidades falarão dentro da parte oficial da Constituinte, isto é, integrando os anais da mesma e possibilitando a comparação de suas idéias com as que forem debatidas e aprovadas pelos constituintes;

– quando a matéria estiver aos cuidados da Sistematização é momento de atenção, porque muita coisa pode mudar na hora de acertar o projeto e ajustar suas partes;

– no período de discussão em plenário está o prazo de trinta dias para apresentação de emendas, inclusive as de origem popular (30 mil eleitores e três entidades). Nos primeiros dez dias deste prazo os constituintes poderão apresentar projetos de resolução regulando consultas plebiscitárias;

– as votações em plenário são aquelas que chamarão mais a atenção e sobre as quais acontecerão grandes mobilizações populares. Elas iniciarão provavelmente em setembro.

O movimento popular deve ter competência e articulação para acompanhar o processo e ampliar os espaços de sua intervenção. É necessário que os pontos fundamentais para a população tenham unidade e muita mobilização.

COMISSÕES E SUBCOMISSÕES TEMÁTICAS

I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:

- a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;
- b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;
- c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais;

II – Comissão da Organização do Estado:

- a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios;
- b) Subcomissão dos Estados;
- c) Subcomissão dos Municípios e Regiões;

III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:

- a) Subcomissão do Poder Legislativo;
- b) Subcomissão do Poder Executivo;
- c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público;

IV – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições:

- a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos;
- b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;
- c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas;

V – Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

- a) Subcomissão de Tributos, participação e distribuição das Receitas;
- b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira;
- c) Subcomissão do Sistema Financeiro;

VI – Comissão da Ordem Econômica:

- a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica;
- b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte;
- c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;

VII – Comissão da Ordem Social:

- a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;
- b) Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente;
- c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias;

VIII – Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia:

- a) Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes;
- b) Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação;
- c) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.

A participação da sociedade

Dada a partida dos trabalhos constituintes, com a aprovação do regimento interno da Assembléia, o processo de construção da nova Carta Constitucional ganha fôlego. Articula-se em todos os pontos do país formas de participação da sociedade, através de cursos, seminários, publicações, debates e criação de centros de estudos e acompanhamento da Assembléia.

As articulações desenvolvidas podem ser divididas em quatro níveis básicos: social, institucional, cultural e acadêmico. O Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, da UnB, vem desenvolvendo intensa atividade para promover ampla discussão dos temas constitucionais e as formas efetivas de participação popular:

1 Articulação Social

A Universidade de Brasília, através do Decanato de Extensão, deflagrou com o curso Constituinte/Constituição o processo de discussão crítica sobre os grandes problemas nacionais. A iniciativa representou aproximação com a comunidade de Brasília e de outros estados (Bahia, Maranhão e Paraíba), que através do curso tiveram oportunidade de enviar propostas aos constituintes.

O curso foi realizado em dez semanas tendo a participação de mais de oitenta grupos de estudos que trabalharam utilizando os dez fascículos produzidos pela UnB e veiculados pelo Correio Brasileiro, em forma de tablóides.

Resultante destas jornadas de estudos realizou-se no dia 4 de dezembro de 1986, uma plenária, reunindo cerca de quinhentas pessoas, visando a produção e aprovação das propostas finais a serem encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte.

As propostas, conforme decidido em plenária, serão entregues individualmente aos 559 Constituintes. Elas também estão sendo publicadas em tablóide pela imprensa, abordando os seguintes temas: Direitos Humanos e Cidadania; Saúde; Educação; Ciência, Tecnologia e Cultura; Soberania Nacional; Reforma Agrária; Desenvolvimento Urbano; Moradia; Trabalho e Transporte.

No quadro de uma estratégia de continuidade de mobilização social, os mais de oitenta grupos de estudos transformar-se em Comitês Populares de Defesa da Constituinte.



Como primeira tarefa após concluída essa etapa do curso, foram promovidos diversos encontros com constituintes que resultaram na apresentação de propostas para a definição do regimento da Constituinte. Como ação imediata estamos nos propondo a desencadear articulados com outros movimentos, através de campanha visando a defesa e a consolidação do direito à educação pública e gratuita, em todos os níveis.

2 Articulação Institucional

O funcionamento do CEAC, nesses primeiros 40 dias após a instalação da Assembléia Constituinte, mostrou ser necessário dar-se tratamento específico ao relacionamento com os diversos tipos de instituições que, de uma forma ou outra, estão interessadas nos trabalhos de elaboração da nova Constituição. Nesse sentido foi criada a Coordenadoria Institucional do CEAC que, ao lado daquelas relacionadas com as áreas Acadêmica, Cultural e Social, realiza a intermediação entre a Assembléia Constituinte e as instituições, passando pela sociedade e vil. O CEAC acompanha os trabalhos da Assembléia levando aos constituintes o posicionamento das instituições sobre determinados temas e, ao mesmo tempo, discute criticamente tanto o posicionamento das instituições como o dos próprios constituintes.

Dentro dessa perspectiva foram realizados contatos com diversas instituições públicas, Universidades e Institutos de Pesquisa. Como consequência, há perspectivas de serem concretizados, em prazo curto, convênios e acordos de cooperação entre o CEAC e várias daquelas instituições.

3 Articulação Cultural

A Coordenadoria de Articulação Cultural do CEAC está realizando projeto de cobertura de fotografia e vídeo da Constituinte. Isto possibilitará cópias e exposições periódicas para circular em universidades, entidades de bairro e outras instituições.

Ao mesmo tempo, desenvolve algumas programações em Brasília:

- dia 30 de março a 4 de abril: exposição, no edifício do Congresso Nacional, de cartazes sobre a questão da Mulher;
- dia 1º de abril, "Mulher e Constituinte - participação e mudança", painel de debates, no Auditório da Reitoria da UnB.
- dia 10 de abril: "O Negro e a Constituinte", com a presença de Gilberto Gil, constituintes e representantes dos movimentos negros, no Anf. 9, da UnB, às 10:30 h.

4 Articulação Acadêmica

A UnB possuía vários núcleos de estudos em áreas específicas e que agora se voltam ao trabalho de acompanhamento e de organização de proposições sobre a futura Constituição. Em outras áreas, estão sendo criados novos grupos de trabalho.

Os núcleos e grupos de trabalho recebem a participação de especialistas de outras instituições, sendo que algumas universidades já deslocam professores a Brasília para permanecerem integrados nesse tipo de trabalho durante este ano.

Entre os grupos em organização, destacam-se os de Saúde, Agrário/Fundiário, Estudos Urbanos, Educação, Economia e Finanças, Menor, Previdência, Ciência e Tecnologia, Judiciário, Direitos Fundamentais, Política, Comunicação, Geociências e Recursos Naturais, Meio Ambiente, Linguagem e Ideologia.